

MATERNIDADE E FORMAÇÃO DOCENTE: Vozes de Estudantes Mães de uma Universidade Baiana

Daniele Santana Alves¹
Pyerre Ramos Fernandes²

RESUMO: Este trabalho buscou abordar os desafios que muitas estudantes, que são mães, vivenciam no decorrer da sua trajetória acadêmica. Caracteriza-se como uma pesquisa de cunho qualitativo, de natureza exploratória, na qual foi realizada entrevistas com cinco estudantes do curso de Licenciatura de Ciências Biológicas de uma Universidade baiana, com o objetivo de identificar os seus desafios para dar voz a um tema que é muito comum, mas que passa invisibilizado perante as instituições de ensino, buscando desta forma compreender e fazer ecoar o que essas estudantes mães vivenciam e anseiam. Concluímos com esse trabalho que o fatores como desenvolvimento de políticas públicas, rede de apoio intra e extra familiares e acolhimento são essenciais para a sua permanência no ensino superior.

Palavras-chave: Mulher; Maternidade; Formação Docente.

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa nasceu de uma experiência vivenciada por mim durante a trajetória acadêmica, quer dizer, antes de iniciar a graduação eu já era mãe de uma menina de seis anos, mas até este período não passava por minha mente discutir essa problemática, pois tinha o suporte da família paterna para cuidar dela na minha ausência. Só que com a segunda gravidez o cenário mudou, me vi sozinha, sem apoio, nascendo desta forma o meu interesse em falar sobre isso.

Mais quem sou eu? Me chamo Daniele, sou a mais nova de sete irmãos, e a segunda a cursar uma universidade pública, sendo uma realização pessoal e uma necessidade profissional para poder proporcionar melhores condições de vida a meus filhos.

A segunda gestação ocorreu quando estava na metade do curso, algo que eu nunca imaginava que poderia acontecer, mas enfim, aconteceu. Passei por algumas dificuldades estando gestante, e pelo fato de não morar em Jequié e precisar me deslocar todos os dias para a universidade gerou em mim diversos incômodos.

Quando tive meu filho e era o momento de voltar presencialmente para as aulas, isso não aconteceu, devido à dificuldade para encontrar pessoas dispostas a me esperar até as 23:30 horas.

Foi bem desanimador e cansativo este período, por que a cada semestre, ou até antes do seu término tinha que procurar pessoas para me auxiliar nesse processo. Permanecer na universidade sendo agora mãe de um bebê, foi bem desafiador, muitas vezes pensei em desistir,

¹ Graduanda do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas.

² Professor do Departamento de Ciências Biológicas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

tive também que optar entre trabalhar e estudar, pois se quisesse concluir os estudos teria que escolher entre um ou outro, as duas coisas pra mim não eram possíveis. Confesso que hesitei em falar sobre esse tema várias vezes, não quis que soasse como uma desculpa de minha parte, mais o desejo de compartilhar estes desafios e querer saber das outras estudantes-mães que estavam passando pela mesma coisa, foi mais forte, a instituição precisa saber do que são feitas estas estudantes.

A temática por ser algo sensível, exigia também um olhar sensível, e Deus faz tudo perfeito, quando voltei da licença maternidade estudantil, o professor Pyerre estava iniciando a sua trajetória acadêmica na universidade, e em sua primeira aula, ele citou sua trajetória até chegar à universidade como professor, isso me encantou, porque assim como ele, não venho de berço de ouro, e por não vir de uma família abastada ele poderia ter trilhado outros caminhos, que não fosse o da educação, percebi neste professor uma humanidade, não que os outros não tenha, mas vi que ele poderia abraçar com êxito esta causa, e assim aconteceu.

Falar sobre maternidade atrelado aos estudos acadêmicos é algo considerado recente se formos pensar sobre a participação feminina na sociedade, que aconteceu de forma lenta e gradual. De acordo com Santos e Lopes (2016, p. 38), “somente a partir da década de 1970 foram oferecidas maiores oportunidades de acesso às mulheres nas universidades”. É importante salientar que o seu acesso à educação está associado a uma série de conquistas, que se somaram ao longo da história de luta pela garantia de direitos. Desta forma, por muitos anos predominou a noção de que a dedicação ao trabalho e aos estudos era atribuição unicamente dos homens, enquanto à mulher eram permitidas apenas as tarefas de cuidado com o lar e os filhos. Outro aspecto que merece destaque é que a presença da figura feminina no mercado de trabalho só ocorreu em meio ao avanço da industrialização e impeliu muitas mulheres a realizar jornadas duplas, dividindo-se entre o ambiente doméstico e o do trabalho (em condições muito distintas das que eram experimentadas pelos homens). A partir dessa percepção, alguns grupos de mulheres começaram a se articular e exigir igualdade de direitos.

De acordo com o censo da Educação Superior, realizado no ano de 2023, “59,4%, (2,9 milhões) das matrículas em licenciaturas são de mulheres” (Brasil, 2023). Com isso, sendo elas maioria nesses cursos universitários, muitas enfrentam uma difícil jornada, precisando se dividir entre seguir na formação universitária, o cuidado em relação aos filhos, o lar e o trabalho para complementarem a renda e auxiliarem nas despesas de casa.

É importante dizer que mesmo diante dos entraves que se apresentam ao longo do percurso, a ascensão na carreira continua sendo algo desejado por muitas mulheres. Esse processo

é dificultado pois ainda predomina na sociedade um sistema patriarcal, no qual as relações de poder que tem a figura do homem como central, torna-se o cerne para as desigualdades existentes.

Ser mãe e estudante se constitui num grande desafio cotidiano que me é imposto e me dá esta possibilidade de falar com propriedade sobre os desafios que tenho encontrado durante a graduação e as perspectivas de resistência diante de um cenário que desafia a mim e a outras tantas mulheres com as quais tive a oportunidade de dialogar.

No âmbito social, embora as mulheres sejam a maioria da população brasileira, a efetivação de muitos direitos se constitui num entrave, visto que quando se trata de mulheres que maternam e precisam se dividir entre as tarefas domésticas, vida profissional e acadêmica, esses desafios se multiplicam. A ampla gama de tarefas, os sentimentos e percepções em relação às atividades que desenvolvem, a impotência entre o trabalhar, estudar e acompanhar a vida e o desenvolvimento dos filhos, associados à inefetividade de políticas públicas voltadas para essas mulheres, especialmente aquelas que se encontram em situação de maior vulnerabilidade ainda são constantes em nossa sociedade (Brasil, 2022; Dario, 2023; Souza, Júnior, 2023).

Do ponto de vista da produção de conhecimento nesse campo, muito se tem avançado nos últimos anos, a exemplo dos trabalhos de Pantoja e Freitas (2024), Nepomuceno (2022), Uripia e Sampaio (2009), que discutem as implicações da maternidade na realização de cursos de graduação e os desafios que mulheres mães enfrentam nesse processo. Entretanto, muito ainda precisa ser debatido e operacionalizado no âmbito dos direitos das mulheres, de suas condições de formação e de trabalho, especialmente no caso das mulheres-mães a fim de que estas consigam conciliar sem grandes danos o universo acadêmico, profissional e familiar, com autonomia e independência para se consolidarem como intelectuais, docentes, pesquisadoras, dentre outras tantas atribuições, sem perder de vista a sua maternidade.

Pensando na importância de relatar também a sobrecarga física e emocional e as dificuldades externas ao curso que afetam a permanência de mulheres gestantes ou mães na universidade, percebemos que há um entrave, em cujo cerne geralmente se colocam três questões: i. as de ordem pessoal (maternidade, afetividade, vida social, convivência familiar, etc.); ii. de ordem profissional (aquelas relacionadas a trabalho e renda), e iii. de ordem acadêmica (formação, acesso e permanência em cursos, realização das atividades requeridas, etc.). Nesse contexto, delineamos o seguinte problema: **Quais os desafios encontrados por mulheres mães em formação docente inicial em um curso de Licenciatura em Ciências Biológicas de uma universidade baiana?**

Este estudo tem como objetivo geral **identificar os desafios encontrados por mulheres mães em formação docente inicial em um curso de Licenciatura em Ciências Biológicas de**

uma universidade baiana. E como objetivos específicos, esperamos: investigar a trajetória dessas mães-estudantes perante aos desafios da graduação e compreender os mecanismos institucionais existentes ou não para a permanência de mulheres mães, gestantes e /ou puérperas nos cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas da universidade em questão.

Este texto está organizado em quatro sessões que se seguem a esta introdução: 1. a discussão sobre os principais postulados teóricos da pesquisa; 2. a apresentação da metodologia da pesquisa; 3. Os resultados e análises dos dados produzidos ao longo da investigação; 4. Por fim, apresentamos as considerações finais.

2. REFERÊNCIAL TEÓRICO

Para uma melhor apresentação dos postulados teóricos sobre os quais nos debruçamos nesta pesquisa, subdividimos o referencial teórico em duas partes: na primeira, discutimos sobre como o patriarcado, ao modelar a cultura ocidental, instituiu estereótipos de gênero ainda vigentes até os nossos dias; na segunda discutimos os desafios da formação e da docência de mulheres mães no contexto brasileiro.

2.1. A mulher: produção dos diferentes papéis de gênero nas sociedades patriarcais

A criação do patriarcado, conforme Lerner (2019), em nossa sociedade Judaico-Cristã, encontra embasamento na própria perspectiva de produção das sociedades judaicas primitivas, cujas figuras fundantes e centrais foram os Patriarcas. Esses sujeitos, que detinham o poder espiritual, político, econômico sobre aquela sociedade fortemente marcada pelas heranças e tradições familiares e que tinha no homem a sua figura central, seu pilar e fundamento.

Essa perspectiva, ao modelar o imaginário coletivo das sociedades cristãs ocidentais esboça, para além de uma tradição ou hierarquia religiosa, a centralidade da figura do homem nas relações de poder socialmente estabelecidas. Essa centralidade, se esboça nas mais diferentes esferas, inclusive no mundo do trabalho e outros campos das relações sociais. Esse papel central do homem, constituído como direito divino no imaginário coletivo, esboça os diferentes papeis e níveis de hierarquia da sociedade ocidental moderna que “tira da bíblia muitas de suas principais metáforas e definições de gênero e moralidade” (Lerner, 2019, p. 205).

Colling (2014) afirma que, inclusive, a história das mulheres, quando contada, é contada por homens, numa perspectiva machista, centrada na percepção do homem que a narra. A mulher é posta sempre à margem do processo histórico, sendo impedida até mesmo de registrar e narrar a sua própria história. Assim, Perrot (2007, p. 16) enfatiza a necessidade de registrar a história de

luta de mulheres nos mais diferentes contextos, ao afirmar que “escrever a história das mulheres é sair do silêncio em que elas estavam confinadas”.

Nesse contexto, conforme Alves (2017, p. 04), “a mulher foi confinada à esfera doméstica, sua vida era conduzida por preceitos morais e religiosos, causas determinantes que a confinavam no ambiente doméstico e a tornaram responsáveis pelo cuidado e zelo da vida familiar, do lar, do marido e dos filhos”.

Com a produção e o desenvolvimento dos estudos feministas, essas relações passaram a ser tensionadas, levando ao questionamento dos direitos dos homens em relação aos das mulheres, as quais não poderiam participar de nenhum processo de tomada de decisão. Esse movimento, em sua vertente moderna, escancara as desigualdades e busca por equidade de gênero, garantida por ações institucionais e governamentais que visem revisar a centralidade da figura do homem e o papel da mulher na sociedade (Pereira, Loguercio, 2023). Conforme Nepomuceno (2022, p.04), “foi durante o período da Primeira Guerra Mundial que as mulheres começaram a consolidar seus espaços no mercado de trabalho, além de iniciarem a busca pela independência social”.

Com a entrada das mulheres no mercado de trabalho, é importante salientar que elas começaram a reivindicar por igualdade de direitos junto aos homens já que desempenhavam diversos papéis frente à sociedade. Um direito fundamental, o direito à formação acadêmica, foi conquistado tardiamente. No contexto brasileiro, afirma Bezerra (2010, p.04), que “as mulheres [...] só foram autorizadas a frequentar um curso superior no ano de 1879”.

Com o ingresso crescente das mulheres no mercado de trabalho e no universo acadêmico, houveram mudanças estruturais na sociedade tendo em vistas a possibilidade de essas profissionais-mães pudessem desenvolver suas atividades. Neste sentido Soares (2021, p.04) enfatiza que: “para que elas pudessem desempenhar melhor os seus novos papéis profissionais, foram criadas creches e cantinas, com isso, abriram-se mais vagas no mercado de trabalho para elas, assim como possibilitou o distanciamento da ocupação, na época sacramental, do cuidado exclusivo dos filhos”.

Em um passado não muito distante, as mulheres não tinham lugar de fala perante a sociedade e de acordo com Soares (2021, p.04), “a elas caberia todo o desenvolvimento dos filhos, em tempo integral, sem horas para descanso ou férias, estivessem saudáveis ou doentes”. É importante destacar a figura do homem, ao qual caberia somente o papel de provedor, não se envolvendo com questões relacionadas ao cuidado com os filhos e o lar. Por muito tempo perdurou esta cultura, mas no decorrer da história houveram avanços e a mulher foi se dissociando da esfera doméstica, em partes, e sendo inserida em outras instâncias da vida social. Cabe também a ressalva de que, com essa mudança de perfil na estrutura familiar, as mulheres passaram a contribuir com

a manutenção e o sustento da casa por meio de alguma atividade profissional, porém, a divisão de responsabilidades no âmbito do cuidado do lar e dos filhos ainda não é paritária entre homens e mulheres, gerando sobrecargas físicas e emocionais a essas profissionais/acadêmicas que são mães.

Mesmo com muitos avanços e discussões realizadas no âmbito da promoção da equidade de gênero nas relações sociais, infelizmente ainda há um longo caminho a trilhar na construção da garantia de direitos às mulheres, a quem historicamente muito foi negado. Destacamos algumas iniciativas que vão desde a criação da possibilidade de participação das mulheres nos processos eleitorais, até à criação de cotas para mulheres nos cargos políticos do país, o fomento à participação feminina nos espaços de poder, a presença das mulheres nos mais diferentes cursos de formação superior, dentre outras, considerando que, embora importantes e necessárias, ainda não são suficientes e muitos passos ainda precisam ser dados para que a equidade de gênero seja finalmente alcançada.

2.2. A Mulher-Mãe e os Desafios da Formação e Trabalho Docente no Brasil

Conforme Costa *et al*, (2014, p. 1), “o debate sobre a profissionalização docente, não é recente. No Brasil ela aconteceu em decorrência de profundas transformações econômicas e sociais”. O ofício de ensinar era exercido pelos homens, sendo no início pelos padres jesuítas, nesse sentido as autoras continuam afirmando que a catequese pregada pelos jesuítas, assegurou a conversão da população indígena à fé católica e permaneceu por um período de 210 anos na história brasileira. Ou seja, era ensinado aos nativos saberes básicos como ler e contar, sendo uma educação totalmente religiosa, pois era a Igreja Católica que estabelecia o que deveria ser ensinado. Com o passar dos séculos esse modelo de ensino religioso foi substituído por um modelo do Estado. Em relação a isso, Novoa (1995, p. 5) diz que “o processo de estatização do ensino consiste, sobretudo, na substituição de um corpo de professores religiosos (ou sob o controle da Igreja) por um corpo de professores laicos (ou sob o controle do Estado)” (Costa *et al*, 2014; Novoa, 1995).

É importante salientar que o ensino sob o controle da igreja era executado pelos homens e era tida como uma profissão nobre, embora ainda não remunerada, sendo exercida como uma ocupação secundária. Neste sentido Nóvoa (1995, p. 15), enfatiza:

Inicialmente, a função docente desenvolveu-se de forma subsidiária e não especializada, constituindo uma ocupação secundária de religiosos ou leigos das mais diversas origens. A gênese da profissão de professor tem lugar no seio de algumas congregações religiosas, que se transformaram em verdadeiras congregações docentes.

Até este período é possível notar que não se discutia a admissão de mulheres ao ofício de ensinar, mas, com o surgimento das escolas normais, que posteriormente passaram a se chamar habilitação para o magistério, as mulheres conseguiram ganhar espaço. A esse respeito, a literatura aponta que:

Ao longo da segunda metade deste século [XIX], houve uma crescente saída dos homens do ofício de professor devido a ampliação das oportunidades de formação e de trabalho nas indústrias e o advento da expansão do capitalismo. Dessa forma, visando à modernização da economia, viram a educação como elemento essencial para o desenvolvimento do país, reconhecendo a necessidade de um investimento na educação feminina na época (Costa *et al*, 2014, p.5).

Conforme visto, com a industrialização necessitou-se da presença das mulheres principalmente no magistério, atuando em uma educação voltada para o público infantil, e sem receber formação específica para isso, pois atrelava o ato de ensinar, à maternidade que elas naturalmente deveriam exercer. Alves (2017, p. 11) afirma que, “com a divisão sexual do trabalho e a feminização da profissão docente foram criadas oportunidades para a entrada do sexo feminino no magistério, pois se entendia que a mulher realizaria esta função com melhor desempenho, visto que era associada à domesticidade e maternidade”. Dessa forma é possível analisar que a trajetória da mulher é marcada por avanços e retrocessos, pois à medida que elas conquistam o direito à educação, são limitadas por estereótipos de gênero, e a sua inserção para atuarem no magistério só foi possível porque tal profissão estava atrelada à maternidade.

É importante destacar que, ao longo de muito tempo, as mulheres ensinavam às meninas, e os homens aos meninos, contudo Roiz (2011), citado por Nepomuceno (2022, p.01) destaca que, “como resultado de muita luta e mesmo ainda existindo diferenças de gênero, atualmente a mulher consegue assumir postos de igualdade ao homem, seja ele no ambiente de trabalho, acadêmico ou domiciliar”.

Processualmente, as mulheres foram ganhando espaço e conquistando seus direitos, atualmente elas são maioria no corpo docente brasileiro, conforme os dados do Censo Escolar realizado em 2022, e divulgados pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em 2023, o qual é composto por mais de 2,3 milhões de profissionais dos quais, 1,8 milhões (79,2%) são professoras. As mulheres também são maioria na gestão das escolas de educação básica. Já na educação superior, as mulheres são maioria como discentes e minoria entre os docentes. Conforme dados do censo da educação superior (2021), os homens são 52,98% do total de professores das universidades brasileiras (Brasil, 2021; 2023).

De acordo com todos esses dados é possível observar uma discrepância, na atuação das mulheres relacionada ao ofício de ensinar na educação básica quando comparada à educação superior, visto que, para atuarem na educação superior elas precisarão de formação continuada específica e sofisticada. Neste sentido ao estudar a trajetória profissional das mulheres na academia, García e Sedeño (2002), citadas por Gouvêa e Fiúza (2023, p. 3), “destacam que as mesmas vivenciam o fenômeno do teto de vidro, para descrever aqueles mecanismos sutis que contribuem para manter e legitimar a segregação das mulheres no meio científico”.

No que concerne à formação acadêmica, as universidades possuem um público potencialmente feminino, do qual muitas irão desempenhar a maternidade/maternagem³ em seu dia a dia, desta forma na maioria das vezes esse fator limita e/ou impede o seu avanço na trajetória acadêmica, principalmente quando as mesmas não têm disponível uma rede de apoio suficiente. É importante salientar também que muitas mulheres além de exercer a maternagem e ter uma carreira acadêmica, desempenham atividades remuneradas, conforme Vieira (2019, p.21) relata, “desta forma, a mulher da atualidade lida com inúmeras obrigações, tanto em casa, quanto no trabalho, exigindo assim grande esforço de conciliação”. Ainda nesse sentido Paula *et al.* (2023, p.7) enfatizam:

O ingresso e a permanência das mulheres que possuem essa dupla/tripla jornada se dá, portanto, à rede de apoio que criam, aos auxílios que o Governo pode possivelmente proporcionar, aos esforços pessoais que elas fazem e ao auxílio que a instituição de ensino também pode oferecer.

Embora muitas enfrentem tripla ou quádrupla jornada de trabalho para conquistarem seus objetivos frente a uma sociedade patriarcal, o papel da mulher na formação inicial ou continuada é fortemente marcado em sua maioria pela presença dos filhos, onde essas mães-estudantes estão constantemente divididas entre seguir na carreira ou pausar. Em relação a isso Uripia (2009, p. 22), “destaca que muitas universitárias dizem não desejar seguir carreira acadêmica, pois não imaginam como conciliar carreira com família de forma razoável”. Com isso é possível notar que muitas mulheres são forçadas a escolher entre formação acadêmica ou família e, ao decidir pelos dois, elas sabem que seu ritmo produtivo irá diminuir ou será interrompido.

É importante destacar também que no Brasil, o número de mães solo cresce a cada ano, e de acordo com a Pesquisa do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (2022), citado pela Agência Brasil (2023), o Brasil tem mais de 11 milhões de mães que criam os filhos sozinhas. Com isso torna se inviável e dicotômico para uma mãe solo, quando não tem um apoio

³ Compreendemos neste trabalho a maternidade como o ato de gerar filhos e a maternagem como o cuidado e a criação das crianças.

financeiro e familiar suficientes, seguir num percurso formativo, pois entre alimentar seu filho ou estudar, elas irão com certeza escolher suprir a necessidade dos filhos, com isso, muitas mulheres abandonam os seus sonhos ou esperam que os filhos cresçam para seguir carreira acadêmica.

Segundo Oliveira *et al* (2025, p. 04), “um dos desafios preponderantes enfrentados por mulheres têm sido conciliar suas carreiras com a maternidade, o que frequentemente afeta seu progresso profissional”. E isso se torna uma verdade cada vez mais evidente, devido às pausas que muitas mulheres ao se tornarem mães precisam dar em suas vidas, principalmente na esfera profissional.

Diante do exposto é possível notar o quanto a trajetória feminina é cheia de entraves e percalços, fruto de um passado histórico que tem a figura da mulher como a principal responsável pelo lar e cuidados com os filhos, submetidas ao domínio da figura masculina responsável pelo núcleo familiar. Segundo Gradwohl *et al* (2014, p. 03) enfatizam:

Durante a Idade Média, a família europeia era constituída a partir dos interesses econômicos, excluindo qualquer tipo de relação afetiva entre os cônjuges e entre estes e os filhos. Os casamentos eram arranjos e visavam à manutenção dos bens familiares. Neste cenário, as mulheres e as crianças figuravam igualmente como pessoas de pouca importância, que se subordinavam ao marido/pai.

Conforme o trecho acima, percebemos que as mulheres estavam sempre submetidas a uma figura masculina e que as relações sociais e os estatutos de poder e patrimônio eram preponderantes na constituição das famílias. Nesse cenário, um fator importante era a sucessão de bens entre as gerações - especialmente no contexto das famílias mais abastadas -. Os casamentos (inclusive por preceitos religiosos) tinham como finalidade a procriação e às mulheres competia a geração de filhos para perpetuar o nome, o legado e o patrimônio de seus maridos. A superação desses cenários socio historicamente produzidos não é tarefa fácil e as correlações de hierarquização baseadas no gênero ainda impactam as sociedades atuais.

Badinter (1985) citada por Damasceno *et al* (2021, P.01) “compreende a maternidade como uma construção social enraizada simbolicamente e que varia segundo diferentes contextos históricos, sociais, econômicos e políticos”. Com o passar dos anos, embora algumas mudanças tenham sido realizadas nesse contexto das constituições familiares e das relações entre os núcleos parentais, percebemos que os contextos sócio-históricos ainda são um fator preponderante na determinação de como se dará (ou não) os processos de maternidade e desenvolvimento afetivo, social, profissional de mulheres na sociedade atual.

Desta forma ser mãe, ou se tornar mãe na atualidade, durante a graduação é um desafio imenso devido às dificuldades que aumentam consideravelmente, dentre estes desafios estão: o

cuidado com o lar, com os filhos, a falta de rede de apoio e as responsabilidades do processo formativo, fazendo com que haja uma sobrecarga física e emocional no cotidiano dessas mães-estudantes, por isso é importante o desenvolvimento de políticas educacionais de permanência estudantil, fazendo com que essas mães se sintam acolhidas e amparadas nas suas respectivas instituições de ensino. Em relação a isso Pizolati (2023, p. 06) enfatiza que “medidas de amparo a essas mulheres-mães como creches e fraldários deveriam ser ofertados pelas instituições, possibilitando a diminuição da evasão escolar dessas mulheres”. Com isso nota-se que, ser mãe antes de adentrar a universidade, ou durante o processo formativo, são um dos motivos de evasão no ensino superior. E neste sentido, Obando e Madureira (2023, p. 02) dizem que, “a evasão escolar é também uma realidade vivenciada por jovens adultas em seu percurso acadêmico nas Instituições de Ensino Superior públicas e particulares de todo o Brasil”. Estas mulheres que são em grande maioria as únicas responsáveis pela criação dos seus filhos, se veem obrigadas a abandonar o sonho de seguir uma carreira acadêmica.

3. METODOLOGIA

Este estudo teve como objetivo identificar os desafios das estudantes que se tornaram mães, ou que já eram mães antes de ingressar na graduação em Licenciatura do curso de Ciências Biológicas.

Esta pesquisa é de cunho qualitativo, pois lida com critérios e parâmetros subjetivos e percepções de sujeitos sobre o tema pesquisado, com características de natureza exploratória que, de acordo com Gil (2017), tem por objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses, tendo como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições.

A pesquisa foi realizada na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, na cidade de Jequié-BA, sendo direcionada para o curso de licenciatura em Ciências Biológicas da referida instituição. As participantes da pesquisa foram cinco estudantes do referido curso que são mães. Essas mulheres, à época da realização da pesquisa apresentavam idades de 21, 33, 38, 38 e 41 anos, sendo que duas trabalham formalmente, uma não trabalha e duas trabalham informalmente. Em relação aos estudos na universidade, uma das entrevistadas iniciou estando grávida e as outras quatro já possuíam filhos ao ingressar. Os números de filhos variam de um a três. É importante destacar sobre o perfil destas entrevistadas, que exceto a de 21 anos, todas as outras deram prioridade primeiro à criação dos filhos e após os mesmos atingirem uma certa idade, iniciaram

um percurso acadêmico, reforçando as pausas que muitas mulheres precisam dar em detrimento dos filhos e família, pausa que quase nunca acontece por parte dos homens.

A produção de dados foi realizada por meio de uma entrevista semiestruturada, que, segundo Minayo (2016) é uma combinação de perguntas fechadas e abertas, na qual o entrevistado pode se posicionar favorável ou não ao tema, sem se prender à pergunta formulada, as entrevistas foram conduzidas de forma presencial, conforme a conveniência das participantes, sendo todas gravadas mediante consentimento das mesmas e posteriormente foram transcritas para análise. A entrevista foi subdividida em quatro blocos, o primeiro de questões gerais para identificação das participantes da pesquisa, e os demais blocos, cada um possuía perguntas referentes a questões relacionadas à maternidade e o processo formativo dessas mulheres.

Os dados foram analisados segundo a análise do conteúdo proposta por Bardin (2011). Esta escolha foi feita devido a capacidade da análise de conteúdo de organizar e interpretar dados qualitativos, permitindo identificar padrões, significados e categorias que emergem dos discursos dos participantes. O método categorial foi escolhido porque permite uma visão abrangente sobre as dificuldades e perspectivas compartilhadas pelas discentes facilitando a identificação de questões centrais.

O processo seguiu as etapas propostas por Bardin (2011):

1. Pré-análise: organização do material coletado, leitura flutuante para melhor familiarização com os dados e estabelecimento de critérios para categorização. Neste trabalho esta etapa consistiu na transcrição das entrevistas e posterior leitura desse material para uma triagem inicial de maior familiarização com os dados.
2. Exploração do material: codificação e categorização dos dados com base em temas recorrentes, relevantes para os objetivos da pesquisa. A partir da triagem realizada na etapa anterior, realizamos nesta etapa a separação das falas por similaridades e agrupamos aquelas que apresentavam um núcleo comum e, a partir desse agrupamento identificamos as três categorias de análise discutidas na quarta sessão desse trabalho.
3. Tratamento dos resultados e interpretação: sistematização das categorias, interpretação dos dados a luz do referencial teórico. Nesta etapa realizamos os cruzamentos entre os dados categorizados, oriundos das falas das participantes; a bibliografia levantada sobre os desafios de estudantes-mães no percurso acadêmico e sobre as perspectivas de teorização feministas aqui adotadas associados às percepções da pesquisadora sobre o processo em discussão.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para melhor entendimento dos resultados e discussões, organizamos os dados em três categorias, onde a primeira enfatiza a estrutura e apoio institucional, a segunda aborda questões referentes a redes de apoio externas e por fim, na última, questões referentes às percepções das mães-estudantes, fechando esta discussão com as considerações finais. Cabe enfatizar que os nomes das participantes foram substituídos por nomes fictícios, a fim de preservar o sigilo em relação às suas identidades pessoais, escolhemos como codinomes para representar as participantes desta pesquisa, as mulheres que participaram ativamente da luta pela independência do Brasil na Bahia, constituindo-se como figuras históricas importantes e heroínas desse marco na história do país, são elas: Maria Felipa, Maria Quitéria, Joana Angélica, Catarina Paraguaçu e Luiza Mahin.

4.1 Estrutura e Apoio Institucional

Não basta apenas que as universidades facilitem o acesso para os que assim desejam ingressar em uma carreira acadêmica, é preciso que medidas de amparo e permanência mantenham esses alunos no decorrer do seu percurso. “Homens e mulheres frequentam esse espaço, mas a mulher acaba por vivenciar mais implicações no processo de formação, especialmente quando se trata da conciliação de papéis (Santos *et al*, 2020, p.02)”.

Muitas discentes ao ingressar na universidade trazem consigo uma duplicidade ou triplicidade de jornadas que precisam desempenhar, algumas engravidam durante a graduação e outras já possuem filhos ao adentrarem, e como exemplo disto são as participantes desta pesquisa, quatro já possuíam filhos quando iniciaram a graduação e uma adentrou à universidade estando grávida, em relação a esta última em específico, quando perguntada sobre a licença maternidade, se ela foi amparada pela instituição, é possível observar na sua fala um desapontamento:

Eu fui amparada, porém, eu senti que ficou um pouco eh, não souberam me dar todas as informações, sobre o quesito requerimento e quantos dias exatamente eu iria ficar em casa, porque primeiro me falaram que seria 120 dias, e aí quando eu tive a neném, entraram em contato comigo um mês antes de completar 120 dias, porque disseram que esse tempo é contando do oitavo mês, e aí eu fiquei assim, eu tive que mudar meus planos, retornar antes né, porque eu já tinha perdido algumas aulas, e foi, eu senti que foi só nessa parte aí, um pouco de falta né, de passar a comunicação, eu senti que o pessoal não sabia o que era mesmo, eh, quantos dias eram, não souberam me passar isso. Maria Felipa

A lei 6.202/1975 dá direito ao regime de exercícios domiciliares à gestante a partir do oitavo mês de gestação e durante três meses subsequentes ao parto. Esse direito foi garantido à participante, só que é possível observar na sua fala um desapontamento referente a essa falta de

informação correta sobre o seu retorno, de modo que a mesma fez um planejamento e teve que modificar em última hora (Brasil, 1975). A expectativa da participante era voltar quando o bebê estivesse com quatro meses, mas devido à falta de informação correta, teve que retornar quando o bebe tinha três meses, conforme lemos na fala abaixo:

Eu vim até 15 dias antes de parir, até o dia 17 mais ou menos de maio, e eu pari dia 30 de maio, foi bem em cima, eu tinha contração de treinamento no ônibus pra você ter uma ideia, estava quase parindo, mas eu tinha na minha cabeça, quanto mais tempo eu ficasse vindo, mais tempo eu vou ficar em casa, mas foi diferente. Eu voltei quando o bebê tinha 3 meses, porque na minha cabeça eu pensava que eu retornava quando ela tinha 4 meses, mas eu retornei quando ela tinha 3 meses”. Maria Felipa

As falas da participante revelam uma justa indignação em relação à falta de esclarecimentos adequados a respeito do direito aos exercícios domiciliares. Entretanto, compreendemos como problemática, não apenas a falta de informação, mas também o próprio dispositivo legal, que consideramos já defasado, e carente de reformulações que garantam às mães, o direito de conviver com seus bebês durante maior período nos primeiros meses de vida, dada a dependência dos bebês em relação à mãe nesse período crítico e à necessidade constante de amamentação, dentre outros cuidados. Essa pauta está em debate na Câmara dos Deputados, por meio do Projeto de Lei 541/2019, de autoria do deputado Valmir Assunção (PT/BA), que visa alterar o prazo de direito aos exercícios domiciliares de três para seis meses após o parto e incluir esse direito na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, conforme apuramos no site da Câmara dos Deputados⁴. Este Projeto de Lei, está em análise pelas comissões e precisa da aprovação do plenário da câmara e do senado federais para posterior sanção presidencial e passar a ser executado pelas instituições.

Outro aspecto importante a ser destacado, é a necessidade de clareza nas informações. É preciso que as universidades se preparem para momentos como esse, todas as informações devem ser passadas de forma clara e correta, o que não aconteceu nesse caso, pois o prazo regimental de 120 dias, é contado a partir do oitavo mês, e essa informação não foi devidamente explicitada para a estudante, que permaneceu frequentando aulas até muito próximo ao parto e teve de retornar antes do prazo que ela havia programado. quando perguntado à mesma como soube que tinha direito, visto que ela já iniciou o primeiro semestre estando grávida, ela respondeu:

Na verdade, eu meio que tinha na minha cabeça antes de entrar na faculdade, porque eu já entrei sabendo que estava grávida, quando eu parir provavelmente eles devem dar alguma licença, mais aí logo quando eu entrei eu fui procurar saber se tinha mesmo. Fui no colegiado e lá eles informaram que tem um

⁴ Endereço eletrônico da tramitação do Projeto de Lei nº 541/2019 na Câmara dos Deputados: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2191134>

requerimento para ensino domiciliar e me explicaram, eu já estava consciente já”. Maria Felipa

Na pesquisa de Soares *et al*, (2013), elas enfatizam a importância de um pós parto tranquilo, para a manutenção de um vínculo afetivo forte entre mãe e bebê e para uma melhor desenvoltura psicoemocional de ambos e principalmente do filho, para isso, o regime domiciliar ao qual essa participante obteve é um direito de todas gestantes que estão em período de formação educacional.

Outro fator que torna a experiência materna mais cansativa é a infraestrutura, e segundo Santos *et al* (2025, p. 05) enfatizam que quando as mães não tem opção e precisam levar os filhos para a universidade, “isto acarreta desafios como a infraestrutura inadequada, a falta de espaços apropriados para amamentação e higienização, além da escassez de locais seguros para circulação das crianças”.

Um exemplo disso é a instituição na qual este estudo foi realizado, e quando perguntado às participantes se os banheiros possuem locais apropriados para troca e higiene dos bebês, as participantes foram unânimes em afirmar a não existência desses espaços. Esse dado reforça que a universidade não possui um espaço apropriado para uma necessidade básica, como a higiene, demonstrando que este lugar não é pensado para estudantes que tem filhos pequenos. Como dito antes, não basta apenas que as universidades proporcionem o acesso, é preciso que proporcionem também a permanência. Na pesquisa de Oliveira e Souza (2020) elas salientam que mulheres que tem filhos pequenos demoram mais tempo para concluir a graduação devido às inúmeras dificuldades enfrentadas por elas, fazendo com que muitas abandonem os estudos. “Ter a possibilidade de um ambiente adequado com condições de atender as necessidades especiais da mãe para que não interrompa os estudos é essencial” (Santos *et al.*, 2020, p.04).

Desta forma, para que as estudantes mães possam continuar seus estudos é preciso que as universidades tenham um olhar diferenciado e ampliem políticas públicas para a sua permanência, visto que, no caso das participantes da pesquisa, a maioria estuda à noite, para que possam trabalhar durante o dia e auxiliarem nas despesas de casa. Algo que deveria existir nas universidades, seria um espaço apropriado para quando essas mães estivessem em aula, pudessem deixar seus filhos, e quando perguntado às participantes da pesquisa se elas acham importante ter esse local, principalmente no turno noturno, todas concordaram e acharam importante, é possível observar isso nas falas:

“Sim. Tipo uma creche, seria ótimo, tem empresas que já trazem esse sistema até pra que no caso funcionários possam trabalhar, eu acho que no campus da universidade poderia ter uma creche pra acolher essas crianças enquanto as mães estudam”. Maria Quitéria

“Acho importante”. Maria Felipa

“Eu acho muito necessário e viável, visto por que muitas mães não têm um apoio para com quem deixar seus filhos a noite pra vim para a Universidade, então seria viável se tivesse um consenso da Universidade, fazer uma junção do curso de professores da área da pedagogia, pra com que esses professores fizesse como se fosse uma forma de estágio pra estar com essas crianças, então as outras alunas que no caso são mães iriam pra sala de aula tranquilamente, enquanto seus filhos iriam estar na brinquedoteca, não só brincando, mas aprendendo um conteúdo de uma forma didática”. Catarina Paraguaçu

“Sim, com certeza”. Joana Angélica

“Eu acho muito importante se a Universidade tivesse um local de acolhimento como essa brinquedoteca, para ter um suporte para as mães que tem filhos pequenos, estudar com mais tranquilidade, sem preocupação de onde deixar”. Luiza Mahin

A universidade onde foi realizado este estudo possui uma creche que funciona durante o dia e acolhe os filhos(as) dos/das funcionários(as) e das alunas, concomitantemente ao turno de estudo/trabalho das mesmas, esta creche não abrange todas as estudantes que tem filhos, pois as vagas são poucas, ficando dessa forma algumas desamparadas, contudo para as estudantes do turno noturno não existe nenhum amparo vindo da instituição, com isso a fala das participantes são cruciais para o entendimento dessa lacuna existente e que passa despercebido por muitos, gerando invisibilidade para essas mães estudantes. É importante salientar a questão aqui posta é sobre o direito de estudar e permanecer na universidade para mulheres que tem filhos e não tem com quem os deixar durante o período que precisam estar na instituição.

A universidade em estudo contém programas de permanência estudantil, como os auxílios oferecidos pela Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PRAE), e as Bolsas relativas ao Programa Mais Futuro, para todos os públicos de estudantes, sendo algo bem concorrido e com poucas vagas; contudo, não tem nada em específico para as estudantes que são mães, deixando uma lacuna e um desamparo para estas estudantes, pois esses auxílios são uma forma delas continuarem seus estudos e ajudar na questão financeira. No trabalho de Costa *et al* (2023, P.06), “elas enfatizam que algumas mulheres têm condições financeiras para matricular os filhos em creches ou contratar profissionais para o cuidado, já as mulheres que não possuem essas condições acabam por abandonar os estudos”. Reforçando ainda mais a importância de programas pensados para estudantes-mães para que as mesmas não desistam dos estudos.

4.2 Redes de Apoio Intra e Extra Familiares

Falar sobre rede de apoio às mães estudantes que têm filhos pequenos diz respeito, em grande medida a questões relacionadas com sororidade e família, porque a maioria do suporte que essas estudantes recebem vem de outras mulheres pertencentes ao seu grupo familiar ou do grupo familiar do esposo, ou quando essas estudantes mães não têm esse apoio precisam pagar outras

pessoas de sua confiança para tomar conta dos seus filhos, para que assim elas possam dar seguimento à sua vida acadêmica, raramente é visto a figura masculina nesta posição de cuidado. Ancorados em Lerner (2019), percebemos que essa determinação de papéis, reflete a estrutura social patriarcal que privilegia a figura do homem enquanto chefe e provedor da família (este que comumente se ocupa de tarefas externas ao lar), inversamente, a mulher, na posição de cuidadora, se ocupa das tarefas domésticas e do cuidado com os filhos. Embora, nossa pesquisa revele algumas exceções nesse cenário, ainda percebemos que o cuidado com as crianças dentro dos núcleos familiares, ainda é exercido majoritariamente pelas mulheres, conforme vemos nas falas abaixo, onde três das participantes relatam que os maridos auxiliam nesse processo de cuidado.

“Meu marido, ele que cuida das crianças enquanto eu estou aqui [na universidade]”. Maria Quitéria

“Meu esposo no caso olha as crianças pra mim”. Joana Angélica

“Sim. Meu esposo, minha sogra e meu sogro e a tia do meu marido”. Catarina Paraguaçu

É importante destacar que, embora estas mães estudantes tenham o apoio dos seus maridos, este se dá apenas nos momentos de aula, em específico à noite, pois são todas alunas do curso noturno, cujos filhos não são bebês, nem crianças bem pequenas. Em um estudo de Costa (2021, P.19-24), ela enfatiza que “os cursos noturnos são os que mais tem estudantes-mães, pelo fato dessas mulheres não possuírem muito tempo. Ela também aponta que o pouco (ou nenhum) auxílio implica diretamente de forma negativa em suas vidas acadêmicas”. É possível perceber na fala de uma das entrevistadas que a questão do cuidado para com os filhos é obrigação dela e o esposo somente a ajuda enquanto ela está na faculdade, “olhando as crianças pra ela”, reforçando nesta fala o que a sociedade machista e patriarcal impõe a séculos às mulheres, que o cuidado para com os filhos é função somente delas e não uma tarefa compartilhada entre ambos os genitores (Lerner, 2019).

As outras duas entrevistadas têm somente mulheres da sua família dando esse suporte, reforçando como este ciclo de cuidados está configurado na figura feminina, tirando do genitor, ou das figuras masculinas associada a esta mulher, uma responsabilidade que também é deles. Martins e Santana (2021, P.32) na sua pesquisa, enfatizam que em relação à questão da parentalidade, “espera-se que as mulheres mães assumam todos os cuidados parentais, enquanto

dos homens pouco se cobra, pouco se espera, pouco se responsabiliza”. Esse fato é corroborado pelas falas abaixo:

“A minha rede de apoio é a minha família, é minha irmã, ela que cuida do meu filho enquanto eu tô na Universidade, e se caso eu precise viajar, pra alguma aula de campo tem a minha mãe também que me dá suporte”. Luiza Mahin

“Tenho a avó da criança que no caso é minha mãe né, e as duas tias, que são minhas duas irmãs, são a minha maior rede de apoio”. Maria Felipa

Vidal (2023) em seu estudo relata que as suas entrevistadas traziam em suas falas que a maioria das suas redes de apoio eram compostas por parentes, em específico, mulheres. Esta questão do cuidado é algo muito intrínseco à vida das mulheres; basta apenas ser mulher, para que lhes seja requerido algum tipo de ajuda ou suporte. E isto é possível perceber na fala das participantes da pesquisa, que como suporte tem as mulheres da sua família. Em muitas situações, devido à inexistência de uma rede de apoio e de estrutura e apoio institucional, essas mães-estudantes precisam levar seus filhos para a sala de aula, diante disso se acumulam alguns incômodos e constrangimentos como no caso de grande repercussão relatado pelo estudo de Dario (2023), ocorrido em 2018 na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Neste caso a universitária foi impedida por um professor de assistir a aula acompanhada de sua filha de cinco anos e o caso viralizou nas redes sociais a partir de registros realizados por colegas, demonstrando um total desrespeito por parte desse professor. A falta de empatia é uma grande barreira enfrentada por estudantes mães que não tem rede de apoio e muitas vezes precisam levar seus filhos para as aulas, ou quando não, precisam faltar a aula por não ter com quem deixar, e quando perguntado a elas sobre isso, se elas já faltaram as aulas por não ter com quem deixar os filhos, quatro disseram que sim e uma que não:

“Já faltei às aulas por não ter com quem deixar, o pessoal tinha algum compromisso no dia, minha mãe ou minhas irmãs, não tinha como, aí eu tinha que faltar aula.” Maria Felipa

“Sim. Já, já precisei, quando minha sogra viaja, no caso, não tenho com quem deixar e na época meu esposo estava estudando”. Catarina Paraguaçu

“Sim. Já, meu marido é taxista e ele viaja sempre, se ele viajar, a minha mais velha faz cursinho a noite e aí eu já deixei de vir por causa disso. Rsrtrs”. Joana Angélica

“Eu nunca faltei aula por não ter onde deixar o meu filho”. Luiza Mahin

Como pode-se observar, a maioria das entrevistadas precisaram faltar a aula algum dia por não ter com quem deixar os filhos, mas, uma participante em específico, nunca precisou faltar a aula, ou seja, ela sempre teve uma rede de apoio presente. Cabe reforçar que esta situação é uma excepcionalidade e que não é o cenário observado entre a maior parte das participantes da pesquisa. Uma outra fala em específico e que chama a atenção é da participante que diz que “*o esposo estava estudando nesse dia*”, e com isso ela não pôde ir para a sua aula, deixando a entender que o estudo do marido era prioridade e ela que tinha que ficar em casa por ser a mãe. Situações como essa e que foi vivenciada por essa entrevistada, demonstra uma naturalização acerca dos papéis que foram impostos às mulheres, pondo-a sempre nessa posição de cuidado e como aquela que é sempre posta em última instância quando comparada as necessidades do marido.

4.3 Percepções das Estudantes-Mães

[...], você não consegue ser mãe do jeito que você queria, você não consegue ser aluna do jeito que você queria, você não consegue ser uma boa profissional no seu trabalho do jeito que você queria, não consegue ser uma boa esposa e você fica naquele malabarismo, [...]. Maria Quitéria

A fala dessa participante expressa pensamentos de incompletude, cansaço físico, mental, estresse, pressão psicológica, desmotivação, coisas bem comuns para mulheres que são estudantes-mães e vivenciam esse malabarismo triplo, pois para uma mulher que trabalha fora, trabalha em casa e ainda estuda, não é tarefa nada fácil. E como a participante citada, existem muitas mulheres que vivenciam isso todos os dias e se sentem exaustas, como a exemplo do trabalho de Menezes *et al* (2012, p.23), em que elas citam que “essa é uma realidade bem comum nos dias atuais, mais que se revela de forma perversa à subjetividade da mulher, que se encontra nessa tríade de satisfação pessoal, buscas por melhores condições socioeconômicas versus o papel de cuidadora atribuído a ela”. É como viver em uma balança buscando o equilíbrio sempre. Ainda neste sentido a entrevistada enfatiza:

[...], assim é um fardo muito grande, muito grande ser mãe e ter que estudar, e uma das maiores questões é que a gente não consegue acompanhar nossos filhos na escola, como a gente gostaria, [...], então isso traz também pra gente uma preocupação, um peso, e uma sobrecarga, tanto que psicológica, mental e física. Maria Quitéria

Como já mencionado, a fala da participante é carregada de sentimentos que a torna impotente diante de situações sobre as quais não se tem muito o que fazer, ou vivencia ou desiste. Estar em uma universidade, ter filho e trabalhar fora, exige tempo, é como visto, tempo é o que a participante

menos tem, e como citada pela mesma, o fato de não conseguir acompanhar os filhos na escola, como gostaria, gera uma sobrecarga muito grande, sendo pra ela este um dos maiores desafios enquanto ser mãe e estudante.

Esse sentimento, escancara a perversidade do regime patriarcal, que não apenas modela as hierarquias e estruturas da sociedade, mas também determina modos de pensar-agir, concepções de mundo, de corpos e de existências, baseadas nas assimetrias as relações de gênero. Ao modelar os modos de ser e de pensar dos sujeitos, o patriarcado imprime, tanto nos homens, quanto nas mulheres, o padrão e o papel que cada um deve exercer dentro do sistema. Por vezes e de forma inconsciente, muitas de nós, replicamos esses estereótipos, inclusive na maneira como nos sentimos, diante de nossas funções familiares. É comum, vermos mulheres se sentirem impotentes e frustradas quando não conseguem dar conta da multiplicidade de tarefas que executam dentro e fora de casa, dói ainda mais, quando essa frustração envolve aspectos relacionados à vida dos filhos, cujos relatos das mães sempre aparecem carregados de sentimentos de pesar de culpa (Lerner, 2019).

Ainda a esse respeito, outras participantes também revelam sentimentos que corroboram esse fato:

Conciliar maternidade com os estudos, porque principalmente a gente que é do noturno, a gente já chega exausta né, do dia inteiro, e ainda ter que estudar até 22:30, então assim, o nível de concentração a gente tem de redobrar né, então minha maior dificuldade é conciliar maternidade e os estudos. Maria Felipa

Conciliar tudo pra poder dar continuidade a minha jornada acadêmica, é bem complicado porque, você tem que se virar em muitas para poder dar continuidade, [...]. Catarina Paraguaçu

*É tempo mesmo né, porque assim, como eu agora estou, na correria da faculdade, estudando muito pra fazer prova, trabalho e tals, eu sei que minha filha, principalmente a mais nova, ela tem muita dificuldade das atividades dela, e eu não tenho o tempo que eu tive com os outros, que eu não estava estudando, entendeu, pra poder parar e ensinar ela direitinho, pegar no pé pra que ela desenvolva mais, **porque eu acho que isso é um papel importante da mãe né, e dos pais, mais principalmente da mãe, no meu caso porque eu que fico em casa, meu marido sai pra trabalhar**, não tem como fazer isso , e eu queria ter esse tempo pra me dedicar mais pra os estudos deles e eu não tenho justamente por causa da faculdade. Joana Angélica (grifos nossos)*

O meu maior desafio enquanto mãe e estudante, é ter que lidar com as minhas obrigações e com a do meu filho também ao mesmo tempo, porque ele também é estudante, então eu tenho que me organizar, eu tenho que chegar na minha casa, fazer as coisas que eu tenho que fazer, minhas demandas, as demandas dele, e no dia seguinte tá preparada pra começar uma rotina novamente, como é um estudo no turno diurno, então é muito complicado, durante o dia eu não estou em casa, então o que tem pra fazer é só a parte quando eu chego, a parte da noite, que é as minhas atividades, as atividades dele, ainda tem demanda de casa e aí fica complicado. Luiza Mahin.

As falas das participantes são cruciais para entender o que elas vivenciam dia a dia. É importante destacar que uma das participantes estuda no diurno, e apesar disso as demandas que ela tem que dar conta não são diferentes das outras que estudam à noite, ou seja, estudar a noite ou durante o dia não diminui a sobrecarga que essas mulheres enfrentam.

Uma das entrevistadas em específico não mora em Jequié (cidade onde fica o *campus* da universidade), tornando isso ainda mais exaustivo, pois precisa gastar mais tempo no deslocamento tanto na ida quanto na volta para casa, e como ela mesma disse, para quem estuda no noturno o nível de concentração tem que ser redobrado, por conta de um dia inteiro de outras atividades. A fala dessa participante é importante porque nos mostra um nível de exaustão, tanto mental, quanto física, e muitas vezes isso passa despercebido ao olhar das outras pessoas. Esta fala remete a um título de um livro de Gutman (2013), mulheres visíveis, mães invisíveis, e o sentimento que permanece é esse mesmo, não é notado a mãe e a trabalhadora que precisa levar o sustento para casa, o que é notado é uma estudante que precisa dar conta de tudo que é posto de forma igualitária àqueles que não tem essas demandas.

É possível observar que três das entrevistadas enfatizam a preocupação com os filhos, reforçando o que a sociedade patriarcal impôs a séculos, que a proteção, cuidado e educação é função da mãe. Podemos ver um pouco disso na fala da entrevistada, onde ela diz que pelo fato “*dela ficar em casa, tem uma maior responsabilidade em relação ao marido que sai pra trabalhar*”, ou seja, pensamento como esse é muito comum, e não poderia ser diferente, pois isso faz parte de um sistema que foi empregado a séculos e que ainda hoje é perpetuado. Em relação a isso, quando perguntado às outras participantes como elas conciliam os estudos com os afazeres domésticos, elas responderam:

Eu vou ser franca, nem todo dia eu consigo fazer coisa de casa, as vezes as coisas tumultuam, no final de semana que a gente faz mutirão pra fazer organização da casa, a roupa a gente vai colocando na máquina no dia que dá, uma coloca, passo pra uma das meninas, você dobra, a outra varre a casa, e a gente vai se virando, mas é um malabarismo constante. Maria Quitéria

É uma loucura, eu digo assim porque todo dia eu faço o que eu consigo fazer, nem sempre eu consigo fazer tudo, então assim, tem dia que a casa tá bagunçada, vai dormir bagunçada, tem dia que eu não consigo aprontar uma comida diferente pra minha filha, vai ser a comida de ontem, tem dia que eu não consigo fazer a atividade de antes, vai ser uma aula antes do professor pra poder entregar, então assim, vou tentando encaixar. Maria Felipa

Na verdade eu não concilio, eu me viro no que eu posso, essa é a realidade, porque quando a gente não trabalha, a gente ainda demanda de um tempinho, mas quando a gente trabalha, estuda e é mãe, a gente tem que se virar no tempo, nos minutos que dá pra fazer, a gente vai tentando se organizar, tentando fazer

uma organização na realidade do pouco tempo que resta pra poder fazer, ou virar as madrugadas como eu fazia , pra poder fazer as realizações das atividades. Catarina Paraguaçu

Oh, eu falei que eu não trabalho formalmente, mas eu vendo cosméticos e as vezes eu saio pros salões pra vender e eu faço malabarismo mesmo, rrsrs, minha filha mais velha diz: mãe, as vezes você fica fazendo as coisas parecendo que tá, mais é desse jeito, eu faço as coisas de casa o mais rápido possível pra sobrar tempo pra eu conseguir ter tempo pra estudar, pra ir rapidinho vender alguma coisa, pra ter um tempinho pra eles, é essa questão mesmo que eu sou evangélica e aí eu estava muito deixando eles muito assim, sem fazer uma oração e tal, hoje eu disse, eu vou voltar e aí a noite quando eu chego, eu vou pro quarto deles pra poder a gente orar juntos, porque se a gente deixar, eles vão crescer e esse tempo vai passar. E aí assim eu tento fazer um malabarismo mesmo, é na correria, principalmente coisa de casa, eu tento fazer o mais rápido possível, faço feijão congelado, e deixo lá um tempão pra poder ir pegando, pra poder ficar menos tempo fazendo coisa de casa pra poder me dedicar mais a eles e às coisas da faculdade mesmo. Joana Angélica

Eu concilio a maternidade com os afazeres domésticos, não tenho um padrão assim, aliás uma tabelinha que eu sigo, pra fazer as coisas e os estudos, é a hora que dá e tipo quando eu chego em casa o que tem pra fazer eu vou logo fazendo porque eu tenho várias coisas né, no decorrer da noite, vamos dizer assim, que eu preciso fazer principalmente as atividades do meu filho, ele também estuda, então eu não tenho uma tabelinha que eu siga algo, que eu siga pra poder fazer e conciliar os dois. Luiza Mahin

Dario (2023) e Souza e Júnior (2023), enfatizam os desafios que as mulheres de suas pesquisas enfrentam em conciliar estudos com a maternidade e os afazeres de casa. O que não é diferente com as participantes dessa pesquisa, onde as mesmas precisam se desdobrar ao máximo para poderem dar conta de tudo que lhes é atribuído, fazendo o que podem nos curtos espaços que encontram, ou abdicando das noites de sono, pois é o único horário que tem disponível. É possível notar que embora essas mulheres tenham em comum a maternidade e os estudos, elas vivenciam os desafios e as estratégias para prosseguir de formas diferentes. E de acordo a isso quando perguntadas sobre se já pensaram em desistir do curso por conta da maternidade e dos desafios de suas jornadas diárias exaustivas, elas responderam:

*Eu desisti lá no primeiro momento, como eu já falei, eu fazia farmácia, mas agora veio as 3 meninas, e foi quando eu decidi retornar e quando eu tomei essa decisão de retornar, eu fiz várias análises, e uma delas é de que eu precisava melhorar o meu salário, até porque pra eu dar um suporte maior pra elas, futuramente né, porque, quando você vê que você não tem o ensino superior o seu salário é muito limitado, então eu vim decidida de que eu iria cursar até o final, tipo assim, eu tô determinada, que mesmo na dificuldade, **mesmo com a demanda do dia a dia, nem que eu tenha que pegar disciplinas menos do que a grade do semestre comporta**, como eu tenho feito, somente um semestre que eu peguei todas as disciplinas, que foi o semestre passado, mas eu tenho pegado normalmente 4 ou 5 disciplinas pra conseguir dar conta pra conseguir tá aqui né nesses dias, mas*

como eu já venho dessa desistência lá no passado, eu decidi não desistir mais. Maria Quitéria

Pensei, muitas e muitas vezes, pensei em desistir. Maria Felipa

Sim. Várias vezes pensei em desistir, só porque como eu sou persistente, então eu não desisti. Catarina Paraguaçu

[...], não, de desistir por causa deles não, porque, tipo assim, por mais que seja difícil, mas eu ainda to conseguindo conciliar. Joana Angélica

Desistir do curso eu nunca pensei não, mas as vezes por conta do meu filho não, mas as vezes por conta das dificuldades da universidade mesmo né, que a gente tem por não ter muito apoio dos professores as vezes a gente precisa e eles só joga o assunto e pronto eu já pensei por isso, no momento difícil né que a gente está cheia de coisas pra fazer e a gente não está dando conta, mas em relação ao meu filho eu nunca pensei. Luiza Mahin

Como pode-se observar nas falas, algumas entrevistadas já pensaram em desistir, não por conta dos filhos, mas por conta das dificuldades referentes às exigências do estudar em uma universidade, claro que somado a isso tem as demandas do dia a dia que essas mulheres enfrentam. Uma fala em específico chama a atenção porque a entrevistada já vem de outra desistência no passado, justamente por priorizar os filhos e a família, então no momento por mais que esteja difícil ela decidiu não desistir mais. Esta fala coloca em evidência o papel que a maternidade desempenha na vida das mulheres, onde elas se veem obrigadas a parar suas vidas em detrimento da criação dos filhos, o que é diferente com o papel paterno que nada muda por conta desses acontecimentos, evidenciando ainda essa desigualdade de gênero que prevalece e os papéis que cada um desempenha no seio familiar. Além do fato de as atribuições familiares terem interferido nas escolhas pregressas da participante em relação à descontinuidade dos estudos, na situação atual, o permanecer na universidade também é motivado pela maternidade, reforçando essa dupla motivação, onde as mulheres, por vezes se veem impedidas de estudar para poder cuidar dos filhos, mas também, quando estudam, o fazem pensando mais no futuro dos filhos e na melhoria das condições de vida deles, do que na sua própria qualidade de vida.

Outro aspecto importante, relatado na fala da participante Luiza Mahin, diz respeito às incompreensões comuns ao ambiente acadêmico que, muitas vezes, são determinantes nas tomadas de decisão acerca da (im)permanência nos cursos de graduação. A entrevistada queixa-se da falta de apoio por parte dos/das professores e devido a isso, a mesma já pensou em desistir justamente por não conseguir dar conta das múltiplas tarefas que desempenha, e que vão além dos estudos acadêmicos. Embora a necessidade de estudos e a exigência acerca dos mesmos seja uma constante na rotina universitária, faz-se necessário um olhar mais sensível sobre essas estudantes-mães e

suas situações marcadas por múltiplas jornadas laborais que comprometem a dedicação integral aos estudos, nesse contexto, esse olhar humanizado envolvendo questões como dilatação de prazos, flexibilização de horários, dentre outras, compreendendo a complexidade do contexto de vida dessas mulheres, corresponderia a um importante mecanismo de permanência para tantas mães que estão em processo de formação universitária.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como objetivo evidenciar uma realidade que está presente na vida de muitas mulheres estudantes e que desempenham a maternidade em seu dia a dia. Mulheres que além da maternidade também precisam trabalhar fora para complementarem a renda em casa, somando-se a isso, o que resta são jornadas diárias cansativas e que as exigem muito esforço e persistência para não desistirem, pois não é fácil estar nessa posição devido as exigências que cada situação demanda e aos desafios que são vários.

Embora as vivências sejam diferentes entre as participantes da pesquisa, os relatos mostraram que elas têm muitas coisas em comum, sendo entre eles a falta de tempo para dedicação exclusiva aos estudos e aos filhos, sendo este para elas um dos maiores desafios.

A pesquisa também enfatiza sobre a estrutura da universidade na qual não tem suporte mínimo para amparar mães com filhos pequenos e a creche vinculada à instituição dispõe de vagas insuficientes para atender a demanda existente. A maioria das participantes da pesquisa estudam no turno da noite, evidenciando também essa falta de apoio institucional, já que não há políticas ou espaços pensados para acolhê-las, caso precisem levar seus filhos para as aulas. Desta forma este também foi um dos entraves encontrados por elas.

A falta de esclarecimento por parte da universidade em relação a licença-maternidade estudantil, também foi posto em evidencia, sendo que, este é um direito de toda estudante que engravida e precisa se afastar e no caso da participante da pesquisa, os seus planos tiveram que ser reorganizados por conta de falhas na informação.

Ressaltamos que, embora a o ser mulher e ser mãe fossem admitidos como elementos para discussão nessa pesquisa, esses não são os únicos aspectos que condicionam a existência dessas mulheres, mas que tais características se interseccionam com diversas outras (condição socioeconômica, fatores étnico-raciais, dentre outros) que são determinantes nos parâmetros de ingresso, (in)sucesso e (im)permanência de mulheres nos cursos de formação. Destacamos que, embora nessa pesquisa, não tenhamos nos dedicado à discussão desses aspectos, não deixamos de reconhecê-los e, como perspectiva de futuras pesquisas, sugerimos que sejam incluídos ao rol de

elementos analíticos as interseccionalidades entre diferentes eixos sociais no processo de graduação de mulheres-mães.

Por fim, concluímos que a pesquisa evidenciou os desafios que muitas mulheres-estudantes-mães vivenciam, e que passam de forma invisibilizada perante a instituição de ensino, tornando-se pesquisa como está relevante, para que medidas de amparo e permanência sejam desenvolvidas para essa categoria de estudantes, promovendo também a reflexão de um tema tão sensível e que é muito comum nas universidades.

AGRADECIMENTOS FINAIS

Agradeço primeiramente à Deus por me permitir chegar a uma etapa da vida que há alguns anos achava ser impossível, devido aos inúmeros desafios que estavam postos. O sentimento é de profunda alegria e superação, pois não é fácil trilhar esta jornada, trazendo consigo o peso da maternidade solo e tendo que conciliar com os estudos acadêmicos.

Agradeço também a todas as pessoas que de forma direta e indireta contribuíram para que este momento fosse possível. Em especial agradeço à minha família, aos meus filhos, Otto e Sofia, por ser o combustível que me impulsionou a não desistir.

Deixo aqui também o sentimento de eterna gratidão ao meu orientador Pyerre Ramos Fernandes por me guiar neste trabalho de conclusão de curso, sem os seus direcionamentos, isto não seria possível. Que Deus continue abençoando imensamente a sua vida e a de todos (as) que foram luz e tornaram esta caminhada mais leve.

Agradeço também às participantes da pesquisa por compartilhar suas histórias de vida, mediante aos desafios da maternidade durante a graduação. E por fim, agradeço a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia por proporcionar uma educação de qualidade e gratuita.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, D. M. A mulher na ciência: desafios e perspectivas. **Revista Criar Educação**, v. 6, n.2. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.18616/ce.v6i2.3232>. Acesso em: 12 maio 2025.

BARDIN, L. **Organização da análise. Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BEZERRA, N. Mulher e universidade: a longa e difícil luta contra a invisibilidade.

DSPACE/Manakin Repository. 2010. Disponível

em: <http://dspace.sistemas.mpba.mp.br/jspui/handle/123456789/806>. Acesso em: 04 jul. 2025.

BRASIL. **Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975**. Atribui a estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto-Lei nº 1.044, de 1969, e dá outras providências. Brasília, DF, Presidência da República, 1975. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/16202.htm. Acesso em: 19 out. 2025.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo da Educação Superior 2023: notas estatísticas.

_____. IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Censo Brasileiro de 2022:** notas estatísticas. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/busca.html?searchword=popula%C3%A7%C3%A3o+brasileira+2022>. Acesso em: 06 fev. 2025.

COLLING, A. M. **Tempos diferentes, discursos iguais:** a construção do corpo feminino na história. Dourados: Editora da UFGD, 2014.

COSTA, R. R. Estudo sobre o perfil das estudantes-mães dos cursos superiores do IF Goiano - Campus Ceres. Trabalho de Graduação (Licenciatura em Ciências Biológicas) - Instituto Federal Goiano Campus, Ceres 2021. Acesso em: 22 nov. 2024.

COSTA, F. T. P.; SILVA, M. M. P.; BESSA, V. T. P.; CALDAS, I. F. P. A história da profissão docente: imagens e autoimagens. V Semana de Estudo, Teorias e Práticas Educativas, 2014, Pau dos Ferros-RN. **Anais de Evento**. I Colóquio das Licenciaturas que integram o PIBID/UERN.

COSTA, J. L. dos S.; WALL, M. L.; PAIXÃO, T. T.; SILVA, M. V. da R. S. Desafios da maternidade no período acadêmico: revisão integrativa. **Revisão Ver. Fam., Ciclos Vida Saúde Contexto Soc.** Mar. 2023. Disponível em: <http://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/refacs/index>.doi:10.18554/refacs.v11i1.6226.

DAMACENO, N. S.; MARCIANO, R. P.; MENEZES, N. R. C. As representações sociais da maternidade e o mito do amor materno. *Perspectivas em Psicologia*, Uberlândia, v. 25, n. 1, p. 199-224, jan./jun. 2021. ISSN 2237- 6917. Acesso em: 26 maio 2024.

DARIO, A. S. O. Universidade e maternidade: a experiencia de mulheres que se tornaram mães durante a graduação. 73 f. Monografia - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso de Licenciatura em Ciências Sociais, Sumé-PB, 2023. Acesso em: 12 out. 2024.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2017.

GOUVÊA, T. G.; FIÚZA, A. L. de C. Desigualdade de gênero na carreira docente: fatores intervenientes. **Revista Brasileira de Pós-graduação (RBPG)**, Brasília, v. 18, n. especial, p. 1-27, jul./dez., 2023.

GRADVOHI, S. M. O *et al.* Maternidade e formas de maternagem desde a Idade Média à atualidade. *Pensando Famílias*, jun. 2014.

GUTMAN, L. **Mulheres Visíveis, Mães Invisíveis**. 1º ed. Rio de Janeiro, 2013.

LERNER, G. **A Criação do Patriarcado:** história da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Editora Cultrix, 2019.

MARTINS, E. C. A.; SANTANA, J. S. Mães universitárias: experiências de graduandas de Ciências Biológicas da Universidade Estadual do Ceará (2015 – 2021). **Maternidade & Universidade**. Ed. AINPGP, Cajazeiras 2023.

MENEZES, R. S.; SANTOS, T. S.; VELOSO, N de O.; FREITAS, V. N.; SANTOS, M. S.; RAHIM, M. A. A. Maternidade, trabalho e formação: lidando com a necessidade de deixar os filhos. **Construção psicopedagógica**. São Paulo, vol.20, n.21, 2012.

MINAYO, M. C. S. (2016). O desafio da pesquisa social. In M. C. S. Minayo (Ed.), *Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade* (pp. 21-29). Editora Vozes. ISBN. 978-8532652027.

NEPOMUCENO, L. VIVÊNCIAS E DESAFIOS DE ESTUDANTES MÃES NO ENSINO SUPERIOR: um estudo de caso no Unifagoc Graduação em Pedagogia- Centro Universitário Governador Ozanam Coelho – UNIFAGOC. Nov. 2022.

NOVOA, A. **Profissão Professor**. Porto editora. 2.ed. 1995. Acesso em: 13 dez. 2024.

OBANDO, J. M.; MADUREIRA, A. F. do A. A linha tênue entre maternidade e evasão escolar. **Psicologia Escolar e Educacional**. V. 27, 2023. Disponível em: DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2175-35392023-255698>. Acesso em: 11 jan. 2025.

OLIVEIRA, T. V.; SOUZA, M. A. Mães na graduação: política e maternidade nas universidades públicas do Brasil. **VI Simpósio Gênero e Políticas Públicas**. 2020. Disponível em: DOI: 10.5433/SGPP.2020v6p1769. Acesso em: 16 jun. 2024.

OLIVEIRA, E. P. S.; SILVA, R. A. da C.; SILVA, E. F.; BRANDÃO, I. J.; JÚNIOR, L. A. B.; CUNHA, A. M. C.; MACHADO, M. C.; ELIAS, R. K. Uma perspectiva sobre os desafios inerentes entre a maternidade e o mercado de trabalho. **Revista Contribuciones a Las Ciencias Sociales**, São José dos Pinhais, v.18, n.2, p. 01-26, 2025.

PANTOJA, J. C.; FREITAS, C. M. Ser mãe na universidade: um estudo sobre a maternidade durante a graduação em medicina no Estado de São Paulo. **Revista Ibero- Americana de Humanidades, Ciências e Educação**. São Paulo, v.10, n.05. maio 2024. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.51891/rease.v10i5.I4347>. Acesso em: 27 out.2024.

PAULA, J. C.; CONDE, P. P.; ARAUJO, L. C.; PEREIRA, A. A. de S.; MOLLICA, A. M. V.; OLIVEIRA, C. A. de F. Mulheres e mães: dificuldades e superações durante a realização de um curso superior, um estudo com as graduandas do UNIFAGOC em UBÁ-MG. Mostra de Trabalhos em Educação. Vol. XIII-2023.

PEREIRA, J. C.; LOGUERCIO, R. **Profanando o feminismo**: discussões sobre as metamorfoses de um campo do saber. In: LOGUERCIO, R. (Org.). A pesquisa de gênero na educação em Ciências do PPGEI. Cajazeiras: Edições AINPGP, 2023.

PERROT, M. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

PIZOLATI, A. R. C. O não-lugar de mulheres-mães na educação: ingresso à docência e a permanência no ensino superior. **Revista de Iniciação à Docência**. v. 8, n. 1, 2023. Disponível em: doi:10.22481/riduesb. v8i1.11498. Acesso em: 22 jun. 2024.

SANTOS, L. S.; MARTINS, K. S. B. da S.; JUSTI, J. Tornar-se mãe durante a formação acadêmica: desafios da maternidade sob a perspectiva educacional e sociológica. **Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales**, mar. 2020. Disponível em: <https://www.eumed.net/rev/cccss/2020/03/maternidade-perspectiva-educacional.html>. Acesso em: 12 maio 2025.

SANTOS, C. S.; LOPES, L. N. D. Pseudodemocratização: a presença da mulher discente no ensino superior brasileiro. **Revista Acadêmica Educação e Cultura em Debate**. Goiás, v. 2, n. 2, ago-dez. 2016.

SANTOS, D. F. E.; BONFIM, V. R.; COSTA, M. R.; OKOCHI, R. C. N. Análise da relevância de uma infraestrutura inclusiva para universitárias gestantes e mães que frequentam ambientes acadêmicos com seus filhos. **Revista Observatorio de La Economia LatinoAmericana**, Curitiba, v.23, n.4, p. 01-23. 2025. Disponível em: DOI:[10.55905/oelv23n4-028](https://doi.org/10.55905/oelv23n4-028). Acesso em: 15 out. 2025.

SOARES, A. L. S. O papel da mulher ao longo da história: influências no conceito de família bem como nas relações de parentesco. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de

Uberlândia, Faculdade de Direito Professor Jacy de Assis, Campus Santa Mônica. Uberlândia 2021.

SOARES, M. C. da S.; GOMES, G. K. N.; SILVA, G.; MOURA, J. P.; ALMEIDA, L. A. L.; DIAS, M. D. Expectativas e desafios de mulheres acadêmicas de enfermagem que engravidaram durante a graduação. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde, Três Corações**. Campina Grande, v.11, n.1, p. 145-155, jan./jul. 2013. Disponível em: doi: <http://dx.doi.org/10.5892/ruvrv.2013.111.144155>. Acesso em: 12 maio 2024.

SOUZA, T. M.; JUNIOR, C. C. de M. MÃES UNIVERSITÁRIAS: experiências e desafios da maternidade e da vida acadêmica em São Bernardo, Maranhão, Brasil. **Infinitum Revista Multidisciplinar**, v. 10, n. 06, jan./jun., 2023, p. 84-108. Disponível em: <https://doi.org/10.18764/2595-9549v6n10.2023.5>. Acesso em: 05 set. 2025.

URPIA, A. M. O. **Tornar-se mãe no contexto acadêmico: narrativas de um self participante**. 2009. Dissertação (mestrado em Psicologia) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador- Ba, 2009. CDD – 155.6463. Acesso em: 18 set. 2024.

URPIA, A. M. O.; SAMPAIO, S. M. R. Tornar-se mãe no contexto acadêmico: dilemas da conciliação maternidade- vida universitária. **Revista do Centro de Artes, Humanidades e Letras**, vol. 3 (2) 2009.

VIDAL, A. C. **Puerpério e maternidade: desafios de mães-estudantes do curso Ciências Biológicas da Universidade Federal de Santa Catarina**. Trabalho de Graduação (Licenciatura em Ciências Biológicas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Biológicas, Florianópolis, 2023.

VIEIRA, F. R. **Maternidade na graduação e os desafios de ser mãe na atualidade: uma análise da situação das universitárias da UFT do Campus de Tocantinópolis**. 34 f. Monografia de Graduação (Licenciatura em Pedagogia) - Universidade Federal do Tocantins, 2021.